

INFORME NACIONAL PARA O CONSELHO DELIBERATIVO DA FENATTEL 30/11/2023

- a) Leitura e aprovação de Ata da reunião anterior;
- b) avaliação do cenário atual e novos desafios para o movimento sindical do setor de Telecom;
- c) aprovação de cronograma de datas para novas ações e início do processo eleitoral para o próximo quadriênio e
- d) informes gerais.

INTRODUÇÃO

Chegamos ao final de 2023, como o ano da retomada da normalidade democrática, fortalecimento das instituições, com a vitória das forças democráticas e progressistas.

A implantação dessa nova ordem democrática reclamou a ampliação de uma Frente de setores que se agrupam no governo federal e no Congresso, abarcando desde centro direita até a esquerda.

A busca da unificação da nação, a construção de tolerância com a diversidade de idéias e opções, o respeito a minorias, o combate da violência contra a mulher, contra o feminicídio que bateu recordes nos anos anteriores, a retomada de uma política de desarmamento massivo e sem controle, o respeito com meio ambiente recolocaram o Brasil no centro de debates internacionais, e internamente ainda se faz necessário o desmonte da “indústria de fake news”, a deesa de uma educação inclusiva, defesa do SUS e da ciência e o isolamento do discurso de ódio e intolerância.

O movimento sindical dos trabalhadores está representado nesta agenda que inclui a defesa de empregos plenos, protegidos e garantidos por direitos, o re-fortalecimento dos sindicatos na base das relações de trabalho civilizadas e nesse sentido, devemos afirmar que desempregado não é empreendedor, sub emprego não é modernidade, combater o aumento recorde de casos de emprego em condições análogas à escravidão, a divisão mais justa da renda, a taxação tributária dos super ricos, a busca para que empresas do nosso setor se qualifiquem nos novos parâmetros de ESG (sigla em inglês que quer dizer governança ética, social e ambiental), não só em ações de marketing como internamente com nossos representados.

Hoje as empresas de valor devem atender a estes parâmetros, uma versão século XXI das ISO ambientais e de qualidade dos anos 90. Ações planejadas e coordenadas nacionalmente por estes objetivos irá retirar do patronato a prerrogativa de dar a linha e comandar negociações e debates de PLR, cujas

metas devem ter parâmetros internos de ESG adequados a cada realidade. Este desafio deve ser assimilado e pautado em todas as ações e mídias sindicais. Dirigentes podem e devem se preparar para defender e argumentar todos os novos paradigmas acima em todos os processos de negociação inclusive como proposição de uma agenda positiva para as empresas, sejam operadoras, de rede, de call Center .

“UMA BREVE ANÁLISE DA CONJUNTURA NACIONAL

A democracia brasileira esteve duramente ameaçada desde o resultado da eleição de 2022 até a tentativa de golpe, em 8 de janeiro de 2023, que foi um evento profundamente preocupante na história recente do Brasil, ao qual os sindicalistas não podem ficar indiferentes, porque a ação sindical plena, pressupõe um estado democrático de direito e garantia dos direitos individuais. Vejam que nos EUA o movimento sindical cumpriu papel decisivo na eleição de Joe Biden X Trump e ainda hoje estão jogando peso, por exemplo nas ações da OIT.

O recrudescimento de setores da extrema-direita, o avanço do populismo de direita, a renitente polarização social e política, a presença de grupos antidemocráticos nas Forças Armadas e nas polícias, a manipulação religiosa agregada a interesses ideológicos, financeiros e políticos, a constância das desinformações e o papel das redes sociais na difusão de discursos de ódio e antidemocráticos, evidenciam que as instituições democráticas ainda enfrentam desafios significativos.

Não se deve esquecer que houve ainda a leniência do governo anterior com os acampamentos em frente ao Quartel-General do Exército em Brasília, usado como base para a tentativa de golpe e em outros estados, organizados desde 2022, e o apagão da segurança da Praça dos Três Poderes.

Uma questão inadiável para a retomada da democracia em bases sólidas é a apuração e responsabilização de todos os envolvidos, observado o devido processo legal, dos crimes cometidos contra a Constituição e o país na tentativa de golpe de Estado, que culminaram com os ataques aos prédios dos três poderes ocorridos em 8 de janeiro. Esses processos têm contado com uma forte atuação do Supremo Tribunal Federal, do Ministério Público Federal e do Ministério da Justiça, por meio da Polícia Federal. Mesmo com algumas condenações, nos últimos meses, ainda falta muito. O núcleo até então submetido à lei e à Justiça ainda é formado pelos vândalos do 8 de janeiro. Faltam os núcleos empresarial, financeiro, político e de comunicação social. E, também, investigar, e, se for o caso, processar o setor das Forças Armadas envolvido.

O papel desempenhado pelo Supremo Tribunal Federal desde o início do último processo eleitoral e as respostas ágeis às tentativas

antidemocráticas devem ser destacados num cenário de grandes disputas pelo poder. As pautas contra o STF não interessam à democracia e não devem ser apoiadas pelos trabalhadores.

É importante reconhecer a resiliência da extrema-direita no Brasil. Os grupos com ideologia radical, representam uma ameaça persistente à estabilidade democrática. Uma das mais eficazes estratégias utilizadas pelos setores da extrema-direita, não somente no Brasil, é a disseminação de informações falsas, o populismo de viés personalista e autoritário e a retórica inflamada, baseada na ideia de uma “guerra cultural”⁶², que continuam sendo ferramentas que tais grupos utilizam para minar a confiança nas instituições democráticas e criar divisões na sociedade.

Para enfrentar esse quadro é crucial fortalecer a educação sindical e cidadã, promover o pensamento crítico e combater a desinformação. Além disso, é essencial que as lideranças políticas e a sociedade civil trabalhem juntas para promover o diálogo, construir pontes entre diferentes grupos e encontrar soluções para as divisões que permeiam a sociedade brasileira.

A educação sindical e cidadã também capacita os cidadãos a compreenderem seus direitos e deveres, promovendo, assim, uma cultura de respeito às diversidades e às instituições democráticas. Em sintonia e simultaneamente à estratégia de educação cidadã, conceber e executar estratégias de curto prazo é urgente. Diálogo pressupõe comunicação. Comunicar-se através de meios de amplo acesso nas redes sociais e com linguagem acessível e empática, que considere as particularidades das juventudes, das pessoas periféricas, das mães solo, dos trabalhadores formais e informais, das classes médias, das pessoas idosas, das famílias, dos povos das florestas, dos campos e das águas...Incluir sempre, excluir jamais. Num cenário de arranjos políticos e institucionais que visam à governabilidade não se pode descartar os riscos de uma crise institucional, caracterizada pelo atrito contínuo entre os três poderes da República, pelas ameaças de grupos autoritários, pela dubiedade das Forças Armadas em relação aos setores golpistas que ainda habitam em seu interior e pelo fortalecimento de grupos de interesses antidemocráticos (privatistas, extremistas, fundamentalistas, dentre outros) no Congresso Nacional.

Esses tensionamentos constantes minam a estabilidade política e dificultam a tomada de decisões importantes para o país. A superação desses desafios requer um esforço conjunto de todos os setores da sociedade brasileira, para além do Governo central.

É preciso um comprometimento social e institucional, inclusive dos Sindicatos, dos estudantes, das Igrejas, reafirmando apoio aos valores democráticos, à defesa da vida desde a sua concepção até o seu declínio natural, à ecologia integral, à justiça social e à igualdade, para construir um futuro mais estável e inclusivo para o país, como inclusive consta dos nossos ESTATUTOS.

É fundamental fortalecer as instituições democráticas, promovendo transparência, responsabilidade e participação cívica.

Além disso, é preciso fomentar um diálogo construtivo entre os poderes da República, incentivando a colaboração em prol do bem comum.

Somente por meio desses esforços conjuntos, dos vários atores sociais que mantêm credibilidade e respeito junto à opinião pública, será possível fortalecer a democracia brasileira e garantir um futuro político mais estável e promissor para as gerações atual e futuras. Sabe-se que a democracia depende de instituições estatais que funcionem bem e de uma sociedade civil organizada. A organização e mobilização da sociedade civil fortalece a democracia.

Nesse sentido, é interessante verificar indícios de retomadas de lutas dos trabalhadores, estudantes e suas organizações. Desde o início do ano, já tínhamos presenciado as mobilizações indígenas que culminaram nos acampamentos “terra livre”⁶⁵ e na Marchada Margaridas⁶⁶, em Brasília, que muito bem representam as lutas dos movimentos sociais dos quais o movimento sindical deve fazer parte.

Em outubro, a greve do transporte e dos serviços de águas de São Paulo, dos estudantes e professores da USP, podem indicar a retomada das mobilizações por questões salariais e gerais, como a luta contra as privatizações e por melhoria da qualidade da educação. Ainda em novembro, setores sindicais e associações ligadas ao serviço público federal iniciaram mobilizações “.

A LUTA em defesa do EMPREGO PLENO e COM DIREITOS

País gerou 190.366 postos com carteira assinada em outubro, segundo dados do Novo Caged

No acumulado do ano, geração chegou a 1.784.695 postos de trabalho, positivo nos 5 grandes grupamentos econômicos e todas as Unidades da Federação



“Segundo dados do Novo Caged, o país obteve no mês de outubro de 2023 um saldo positivo de 190.366 postos de trabalho com carteira assinada, resultante de 1.941.281 admissões e 1.750.915 desligamentos no mês, com a maioria dos empregos formais criados principalmente no setor de Serviços (109.939) e no Comércio (49.647).

No acumulado do ano, o total de vagas geradas chegou a 1.784.695 postos de trabalho, ficando positivo nos 5 grandes grupamentos econômicos e nas 27 Unidades da Federação. Com isso, o estoque total recuperado para o Caged foi de 44.229.120 postos de trabalho formais.

O maior crescimento do emprego formal em outubro ocorreu no setor de Serviços, com um saldo de 109.939 postos, com destaque para Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, que teve saldo positivo de 65.128 empregos. A segunda maior geração ocorreu no Comércio, com 49.647 postos de trabalho gerados no mês, principalmente no comércio varejista de mercadorias, com predominância para de supermercados (+6.307 e Hipermercados (+1.925), além dos artigos de vestuário +5.026).

A Indústria teve o terceiro maior crescimento do emprego no mês, com saldo positivo de 20.954 postos, com destaque para o setor de fabricação de açúcar em bruto (+1.500) e fabricação de móveis, com saldo de +1.330. A Construção Civil teve saldo positivo de 11.480 empregos e a Agropecuária, o único setor que gerou saldo negativo, perdeu 1.656 empregos no mês, decorrente da desmobilização do café (-2.850), do cultivo de alho (-1.677), cultivo de batata-inglesa (-1.233) e de cebola (-1.138) que superaram o aumento nas atividades de Produção de Sementes (+4.088).

Entre os estados, as Unidades da Federação com maior saldo foram São Paulo, com geração de 69.442 postos (+0,5%), em sua maioria no setor de serviços (+44.112); no Rio de Janeiro, geração de 18.803 postos (+0,5%) e Paraná, com saldo positivo de 14.945 postos (+0,5%).

Acumulado do ano – No acumulado de janeiro a outubro, foram gerados no país 1.784.695 postos de trabalho, ficando o resultado positivo nos 5 grandes grupamentos econômicos e nas 27 Unidades da Federação, As Unidades da Federação com maior saldo no acumulado de 2023 foram São Paulo, com geração de 502.193 postos formais (+3,8%), Minas Gerais, com 187.485 novos postos (+4,2%) e Rio de Janeiro, que gerou 141.981 vagas formais (+4,2%).

O maior crescimento do emprego formal no acumulado do ano ocorreu no setor de Serviços, que gerou 976.511 postos de trabalho até outubro (54,4% do saldo), com destaque para as atividades de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (+355.869), e para as atividades de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais (312.552). A Construção Civil gerou 253.876 postos, especialmente nas obras de infraestrutura (86.099) e a indústria apresentou um saldo positivo de 251.11 postos de trabalho no ano, com destaque para a fabricação de produtos alimentícios (+81.523). O

Comércio também foi positivo, com geração de 193.526 postos de trabalho, principalmente em supermercados (17.491), minimercados (12.207) e produtos farmacêuticos (12.684) e a Agropecuária gerou 109.698 postos, com destaques para os cultivos de soja (15.870), cana-de-açúcar (15.475) e laranja (7.949). “

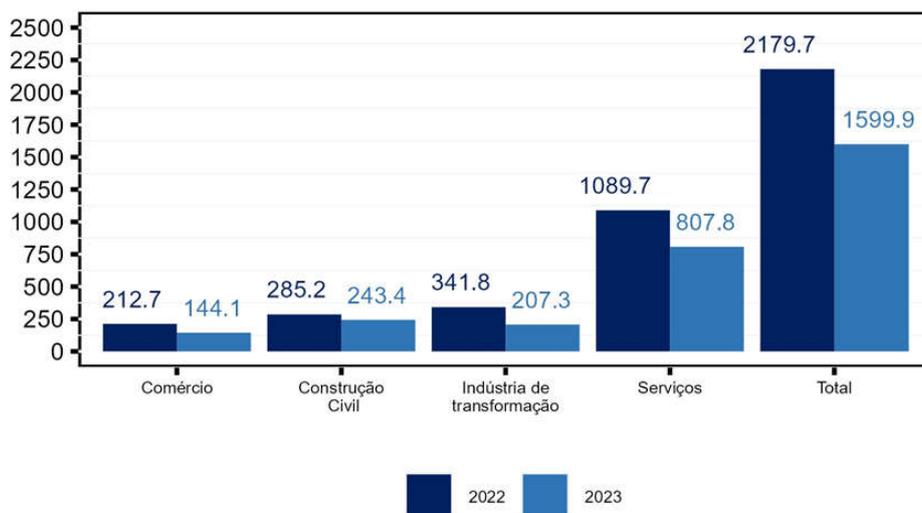
CAGED - Saldo por setor
Série com ajuste sazonal (em mil)

	fev-23	mar-23	abr-23	mai-23	jun-23	jul-23	ago-23	set-23
Agropecuária	18.9	7.7	-14.8	-24.6	-11.9	3.9	12.4	9.8
Administração Pública	1.9	2.2	2.3	0.8	1.7	1.5	0.2	0.5
Serviços	28.7	90.1	60.9	107.7	75.8	96.8	57.1	60.9
Comércio	10	51.3	30.2	37.4	33.8	39.3	24	12.6
Construção Civil	6.9	35.4	9	17.8	12.3	11.3	8.1	1.9
Serviços Industriais	0.2	1.4	0	-0.3	0.5	1.1	1.1	1.1
Indústria de transformação	1.2	10.7	-11.8	9.1	20.9	13.5	3	-6.2
Extrativa mineral	0.4	1	1.9	2.4	1.1	0.9	0.4	0.6

Saldo CAGED

Acumulado no ano até setembro (em mil)

genial



Fonte: Ministério da Economia

NESSE CONTEXTO A FENATTEL... realiza seu CD de 2023 e deve deflagrar seu processo eleitoral 2023-24 para o quadriênio 2024 2028

Aqui apresentamos resumidamente bases e indicações de um Programa de Ação para realizar o nosso VIII CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TELECOM , norma estatutária, ainda no ano de 2024

Esse Congresso dará os eixos de atuação geral e específica da Federação Nacional e dos SINTTEIS, inclusive pautando os processos de negociação coletiva em bases compatíveis com o cenário da conjuntura, uma vez que atuamos no dia a dia em um cenário real e não imaginário.

As ações para Juventude, de gênero devem alcançar além das declarações, formas de aplicação concreta dentro de cada empresa, essa uma contribuição efetiva das nossas entidades para estes públicos que são a maioria da categoria de Telecom.

Diante disso, para cumprir bem as tarefas de uma entidade sindical nacional como são a FENATTEL, a CONTCOP e nossa participação nas Centrais Sindicais precisamos nos preparar e para tal, cumprir um cronograma de ações externas a ser definido após o CD pela Diretoria Executiva e internamente lançar nosso calendário eleitoral para iniciar 2024 aptos e estruturados com nosso pacto federativo revigorado, com os SINTTEIS alinhados nos objetivos táticos e estratégicos para a representação nacional dos trabalhadores em Telecom

Fontes utilizadas: CNBB análise da Conjuntura Nacional

CAGED Ministerio do Trabalho